

Desvalorização aumentará a dívida do Governo

BC garante, porém, que impacto será pequeno

Odail Figueiredo

● **BRASÍLIA.** A desvalorização de 9% do real permitida ontem pelo Banco Central (BC) terá um impacto negativo imediato no custo da dívida mobiliária do Governo. De acordo com dados do BC, no fim de outubro passado, dos R\$ 314,3 bilhões de títulos federais em circulação no mercado, 21,1%, ou R\$ 66,3 bilhões, eram corrigidos pela variação do câmbio. Com a alta da cotação do dólar, o valor dessa dívida do Governo já aumentou R\$ 5,9 bilhões. O novo presidente do Banco Central, Francisco Lopes, disse, no entanto, que, ao longo do ano, o impacto não será tão expressivo. Além disso, esse custo será compensado com os ganhos que o Governo espera ter com a redução das taxas de juros.

— Inequivocamente, essa nova política vai provocar uma melhoria na situação fiscal — garantiu.

O mercado também não ficou assustado com o aumento no custo da dívida. O diretor de um banco estrangeiro afirmou que, com a possibilidade de desvalorização do real até janeiro de 2000 em 12%, o custo dos títulos cambiais ficará bem próximo do que o BC paga hoje no mercado de juros. Os papéis cambiais foram vendidos aos bancos a juros entre 13% e 16% ao ano mais a correção do dólar. Considerando-se uma desvalorização de 12%, o custo para o BC destes títulos ficará em torno de 29% ao ano.

Francisco Lopes lembrou que a política cambial que vinha sendo executada pelo Banco Central já previa uma desvalorização do real de cerca de 7% em 1999. Se o Governo conseguir fazer a nova banda cambial funcionar e contiver a desvalorização em 12% neste ano, o impacto da mudança no custo da dívida pública vai corresponder a algo em torno de R\$ 3,3 bilhões. As emissões ocorridas depois dessa data aumentarão esse custo adicional. Se a taxa de câmbio variar 15% em 1999, outra hipótese considerada pelo BC, o impacto pode chegar a R\$ 5,3 bilhões.

Para Francisco Lopes, entretanto, o impacto mais importante que a nova política cambial terá nas contas públicas ocorrerá quando o Governo conseguir baixar os juros. A parcela de títulos federais corrigidos por juros variáveis equivalia, no final de outubro, a 58,8% do total de papéis emitidos, R\$ 184,8 bilhões.